

SOBRE O CARÁTER INFERENCIAL DA PERCEPÇÃO¹

Filipe Herkenhoff Carijó²

RESUMO

Uma controvérsia central em psicologia da percepção diz respeito ao seu caráter inferencial. O debate opõe cognitivistas como Gregory, Fodor e Pylyshyn, que defendem a tese de que a percepção realiza inferências, a Gibson, fundador da abordagem ecológica, que a recusa. Eu identifico um problema comum aos argumentos tradicionais propostos por ambos os lados, respectivamente, o argumento da pobreza do estímulo e o da riqueza, defendendo que, tais como formulados, eles não sustentam as teses que pretendem sustentar. Discuto a possibilidade de que esses argumentos sejam de ascendência epistemológica e argumento que, na melhor das hipóteses, precisariam ser suplementados por premissas adicionais. Uma versão mínima da tese inferencial – que não é motivada por considerações sobre pobreza do estímulo, não está associada a uma epistemologia controversa e que respeita diferenças entre a percepção e inferências paradigmáticas que Gibson quereria enfatizar – é proposta ao final como via possível para a convergência.

PALAVRAS-CHAVES: *Percepção, Inferências inconscientes, Pobreza do estímulo, Abordagem ecológica.*

¹ A pesquisa que deu origem a este artigo recebeu apoio, em diferentes momentos, da FAPERJ (bolsa de doutorado), da CAPES (bolsa de doutorado sanduíche) e do CNPq (bolsa de doutorado).

² Professor Adjunto do Instituto de Psicologia da UFRJ. Doutor e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Lógica e Metafísica da UFRJ. E-mail: filipecarijo@hotmail.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7581-0388>

ON THE INFERENTIAL CHARACTER OF PERCEPTION

ABSTRACT

A central controversy in the psychology of perception is that concerning its inferential character. Cognitivists such as Gregory, Fodor and Pylyshyn hold the view that the perceptual system makes inferences, whereas Gibson, founder of the ecological approach, rejects it. I point to a problem common to the traditional arguments proposed by both sides, respectively, the stimulus poverty and the wealth argument, arguing that, as stated, they fail to support the views they're meant to support. I discuss the possibility that those arguments are of epistemological heritage and argue that, at best, they must be supplemented with further premises. A minimal version of the inferential view – one which isn't motivated by considerations about stimulus poverty, has no connections to controversial epistemologies and respects differences between perception and paradigm cases of inference which Gibson would stress – is suggested as a path towards convergence.

KEYWORDS: *Perception, Unconscious inferences, Poverty of the stimulus, Ecological approach.*

INTRODUÇÃO

Um dos principais debates em psicologia da percepção diz respeito ao seu caráter inferencial. Uma tradição antiga, remontando pelo menos a Helmholtz³, defende que os processos perceptivos envolvem a realização de inferências inconscientes: atos pelos quais o sistema perceptivo tira conclusões sobre o estado do ambiente a partir dos dados proximais e de pressupostos a respeito da relação entre o primeiro e os últimos. Ao longo do séc. XX, a tese se torna a tal ponto popular que Fodor e Pylyshyn (2002), seus defensores, caracterizam-na como o *Establishment*. Todo um programa de pesquisa ortodoxo – o cognitivismo – parece depender dela, ou de algo como ela. Nos anos 60 e 70, protesta uma voz inicialmente solitária, mas que logo se torna uma das fontes de todo um movimento: Gibson (1983, 1986) lança a abordagem ecológica, que envolve a recusa do inferencialismo. A controvérsia em torno do caráter inferencial da percepção tem sido, desde então, um dos traços definidores do campo. Argumentos são propostos, mas eles parecem incapazes de convencer aqueles a quem se destinam. Do lado inferencialista vem o tradicional argumento da pobreza do estímulo; do lado gibsoniano, o argumento inverso da riqueza do estímulo. Neste artigo, examino esses argumentos tradicionais, aponto um problema comum a ambos e sugiro um encaminhamento para a controvérsia.

O problema a ser apontado consiste no fato de que, tais como formulados, os argumentos tradicionais fornecidos por Gibson e pelos cognitivistas, aqueles que giram em torno da pobreza do estímulo, simplesmente não parecem sustentar as teses em psicologia da percepção que pretendem dar sustentação. Eles parecem, ao invés disso, pertinentes a uma discussão epistemológica, isto é, há boas razões para pensarmos que argumentos epistemológicos foram importados para uma discussão psicológica que se passa em terreno distinto daquele em que eles seriam relevantes⁴. Isso conduz a um dilema: ou interpretamos a teoria inferencial da percepção e a sua negação como teses epistemológicas de determinado tipo, e então entendemos os argumentos como

³ Ver Hatfield (2002) para uma revisão histórica que atribui tese parecida a Ptolomeu, Alhazen e Descartes.

⁴ Não quero dizer, com isso, que considerações epistemológicas não possam ser relevantes para a psicologia ou para a sua filosofia.

pertinentes, ou as interpretamos tal como se pretendem, isto é, como teses psicológicas que vão além daquelas epistemológicas, mas como sustentadas, ambas, por argumentos que, tais como são formulados, não são convincentes. Sob essa luz, torna-se pouco surpreendente a persistência da polêmica. Para escaparmos ao problema, precisamos abandonar ou, pelo menos, revisar os argumentos tradicionais, buscando novas razões para aceitar ou recusar a tese inferencial.

Uma tese inferencial modesta, deflacionista, que não é baseada em considerações sobre a pobreza do estímulo, é proposta ao final. A tese é modesta no sentido de que meramente destaca, como relevantes para a psicologia, certas semelhanças entre processos perceptivos e outros processos psicológicos que todos podemos aceitar possuir uma dimensão inferencial. Com base nessas semelhanças, afirma-se haver um sentido legítimo em que a percepção merece ser dita inferencial. A tese inferencial deflacionista é perfeitamente compatível com a existência de um grande número de diferenças psicologicamente relevantes entre percepções e inferências intelectuais paradigmáticas, particularmente, com algumas das diferenças que interessaria a Gibson destacar; é também compatível com a possibilidade de haver muito mais diferenças do que semelhanças importantes para a psicologia entre percepções e inferências intelectuais. A tese é proposta, portanto, ao mesmo tempo como constituindo a melhor interpretação da teoria inferencial e como via possível para a amenização da oposição que caracteriza o campo.

Começemos por apresentar os argumentos tradicionais.

POBREZA E RIQUEZA DO ESTÍMULO

O argumento tradicional a favor da idéia de que a percepção é inferencial é o argumento da pobreza do estímulo. A pobreza do estímulo supostamente consiste no fato de que duas ou mais cenas distais diferentes podem produzir um padrão de estimulação proximal idêntico, de modo que alguém que tivesse informação apenas sobre as propriedades intrínsecas do estímulo proximal não teria meios de determinar a natureza da cena que lhe deu origem. Por exemplo, um objeto circular inclinado

relativamente ao observador e um objeto elíptico de pé podem projetar sobre a retina a mesma imagem elíptica. Ou então: dois objetos de tamanhos diferentes, estando um distante do observador e um próximo a ele, podem projetar sobre a retina padrões de mesmo tamanho (é fácil, por exemplo, cobrir a lua com o polegar). Ou ainda: o ambiente externo é tridimensional, mas o que ele lança sobre a retina é uma imagem bidimensional que, em princípio, um *trompe l'oeil* também poderia lançar. Apesar disso, somos capazes de distinguir objetos circulares inclinados de objetos elípticos de pé, objetos grandes e distantes de objetos pequenos e próximos, objetos tridimensionais de objetos bidimensionais. O problema, como se vê, é perfeitamente geral: para qualquer cena distal, há inúmeras outras que produziriam sobre o observador a mesma estimulação proximal; no entanto, os nossos sistemas perceptivos são excelentes em informar-nos sobre o nosso ambiente, enganando-se apenas raramente. Diz Gregory, que defende uma versão da teoria inferencial, segundo a qual percepções são como as hipóteses da ciência: “os processos perceptivos do sistema nervoso permitem o reconhecimento de situações ou objetos familiares a partir de pistas estritamente inadequadas” (HATFIELD, 2002); como a ciência, eles fazem “interpolações, preenchendo lacunas nos sinais ou nos dados” (HATFIELD 2002) e “extrapolações, a partir dos sinais e dos dados, para estados futuros e características não sensorialmente dadas [unsensed features]” (HATFIELD 2002). A percepção, em suma, vai “além da informação visual” (GREGORY, 1997).

A idéia fundamental é a de que o sistema perceptivo se comporta justamente como nós nos comportamos quando diante de evidências “estritamente inadequadas”: ele interpreta as evidências que obtém de acordo com pressupostos particulares a respeito do mundo. No caso dos sistemas perceptivos, os pressupostos dizem respeito à probabilidade de cenas distais de determinados tipos, dado certo tipo de estimulação proximal. Que os sistemas estejam de posse de pressupostos que geralmente levam a conclusões verdadeiras explica-se, por sua vez, pelo fato de serem o produto tanto da evolução quanto da aprendizagem. Eis um exemplo simplificado: a determinação do tamanho de um objeto distal envolveria um cálculo por meio do qual se atribuiria ao objeto uma distância relativa ao percebido através da interpretação de determinados

aspectos da imagem retiniana como indicadores de distância, como por exemplo, disparidade binocular, deixas perspectivas, oclusão, entre outros; tendo atribuído certa distância ao objeto, o sistema lançaria mão de uma regra de proporcionalidade que, a partir do tamanho de sua projeção retiniana e da distância a ele atribuída, permitiria estimar o seu tamanho real.

Aqui está uma exposição sucinta do argumento por Fodor e Pylyshyn:

os fatos parecem claros: perceptos são frequentemente causados por estímulos efetivos que não são específicos de um *layout* [isto é, de uma cena distal]. Nesses casos, as propriedades do meio [medium] que são extraídas [picked up] subdeterminam o *layout* que é percebido. Assim, precisamos de uma resposta à questão de que processos *para além* da extração de propriedades do meio estão envolvidos na produção dos perceptos? A teoria do *Establishment* tem uma resposta, a saber, a ocorrência de certas inferências perceptivas. (FODOR E PYLYSHYN 2002, p.201)

Já passaremos à nossa própria avaliação do argumento, mas, antes, vejamos como Gibson (1983, 1986, 2002) reagiu a ele. Gibson não nega que, se o estímulo para a percepção tivesse realmente sido pobre, ela teria que ter sido inferencial. Pelo contrário, ele concede, inteiramente, que a posição inferencialista descreve corretamente a percepção tal como ela se dá *diante de um estímulo pobre*. Mas ele acrescenta que essa condição de pobreza é rara, artificial e de interesse marginal para a psicologia. A oposição de Gibson à tradição gira em torno da idéia de que o estímulo para a percepção, normalmente, não é pobre, no estrito sentido de que não é o caso que diferentes cenas distais poderiam ter causado o mesmo estímulo proximal (ao menos não facilmente, ou normalmente, talvez devêssemos acrescentar, embora Gibson não o faça).

Como isso pode ser? Não está claro, por exemplo, que dois objetos, sendo um elíptico e outro circular, podem ambos projetar uma imagem elíptica sobre a retina e que, corriqueiramente, ocorre de o fazerem? Gibson reconhece que sim, mas não vê como se esse fato seja muito relevante. Pouco importa que a imagem retiniana *estática* seja informacionalmente pobre, diz ele, já que percebedores, por meio de sua atividade exploratória, têm acesso a um *fluxo* de estimulação. O fluxo, não a imagem estática, é

que é o estímulo para a percepção e ocorre que ele, ao contrário dela, especifica uma cena distal particular, não sendo nada ambíguo entre cenas diferentes. Por exemplo,

[d]ado um objeto iluminado com várias faces (um poliedro, por exemplo), haverá em torno dele um conjunto ilimitado de pontos de observação. Cada perspectiva do objeto (sua projeção em um arranjo ótico) é específica de um ponto de observação. A família de perspectivas é específica de um objeto. Um observador que andasse em torno do objeto (que olhasse para ele “de todos os lados”) obteria a família inteira. As características do objeto que o tornam diferente de outros objetos possuem características correspondentes, na família de perspectivas, que são invariantes através das transformações perspectivas. Esses invariantes constituem informação sobre o objeto. (GIBSON 2002, p.82).

Assim, embora uma imagem retiniana elíptica estática seja ambígua entre um objeto circular e um elíptico, o fluxo ótico que o percebido obtém por meio de sua exploração é de um tipo para objetos circulares e de outro para objetos elípticos. O mesmo valeria para as demais propriedades das coisas que somos capazes de perceber: o fluxo contém um tipo de informação que especifica tamanho, movimento, etc. As propriedades perceptíveis do ambiente, portanto, estão especificadas no estímulo proximal, nenhuma inferência a seu respeito sendo necessária. De acordo com Gibson, os psicólogos só puderam acreditar que havia um problema da pobreza do estímulo a ser solucionado através de inferências, porque eles mesmos garantiram que o estímulo fosse pobre em seus experimentos: é típico dos *designs* tradicionais que o percebido seja mantido imóvel, que os estímulos sejam simplificados (são, geralmente, bidimensionais), que o tempo de exposição seja curto (frequentemente, ele é da ordem de décimos de segundo), etc. Gibson não tem objeções a fazer à tese de que, em condições assim artificialmente empobrecidas, o processo perceptivo é mesmo inferencial:

Se os invariantes [que portam a informação rica] (...) não aparecem, todo um repertório de processos mal compreendidos, chamados pressupostos, inferências ou adivinhações, entra em cena. (GIBSON, 1983, p.303-4)

O que ele considera inaceitável é a conclusão de que isso ilumina o processo perceptivo comum:

Eu defendo a idéia de que a *adivinhação* que acontece nesses experimentos, a tentativa de preencher ou completar uma percepção pela suplementação de dados praticamente desprovidos de sentido não é indicativa do que acontece na percepção ordinária. (GIBSON, 2002, p.88)

Ao argumento da pobreza do estímulo, Gibson opõe, portanto, um argumento de riqueza do estímulo. Ao fazê-lo, endossa um pressuposto fundamental da tradição a que pretende enterrar: o de que há uma ligação imediata entre o grau de riqueza do estímulo e a necessidade de que a percepção seja inferencial. É na medida em que Gibson e a tradição cognitivista compartilham esse pressuposto que eles me parecem merecer uma crítica comum.

A seguir, veremos que os argumentos sugerem uma interpretação epistemológica da discussão. Depois disso, nos depararemos com a dificuldade de fornecer uma interpretação psicológica da discussão que torne bom ao menos um dos dois argumentos antagônicos, tais como tradicionalmente formulados. Isso motivará uma versão da tese inferencial que é ao mesmo tempo distante da epistemologia e independente de fatos relativos à pobreza e à riqueza dos estímulos.

UM DEBATE EPISTEMOLÓGICO

A dialética acima apresentada é geralmente tida como transcorrendo no terreno da psicologia, mas uma interpretação epistemológica se sugere naturalmente⁵. O argumento da pobreza do estímulo é próximo demais de um raciocínio epistemológico tradicional e o argumento da riqueza do estímulo é próximo demais de uma reação à epistemologia tradicional, para que uma interpretação epistemológica não pareça ao menos convidativa. De fato, a única interpretação da teoria inferencial e de sua negação que torna os argumentos tradicionais imediatamente pertinentes parece-me ser a epistemológica. Veremos na seção seguinte que não é fácil articular uma interpretação psicológica das teses que não faça do debate tradicional sobre a riqueza do estímulo, algo sem conexão imediata clara com a questão inferencial.

⁵ Para uma discussão da teoria inferencial da percepção como epistemológica, ver Kaplan (2002).

Vejamos. O argumento da pobreza do estímulo sustenta que o sistema perceptivo precisa inferir porque um mesmo padrão sensorial proximal é compatível com muitos tipos diferentes de configurações ambientais. Ora, um raciocínio epistemológico familiar diz algo parecido. Ele começa por notar que a possibilidade de ilusões e alucinações implica no fato de que poderíamos ter sensações idênticas às que agora temos sem que, no entanto, o ambiente externo fosse como agora pensamos ser; portanto, é compatível com os dados sensoriais que agora temos que o ambiente seja muito diferente de como pensamos que ele é (Descartes, 1953). Que os dados sensoriais não garantam a presença de um ambiente ao invés de outro é tomado, assim, como implicando na necessidade de que qualquer crença que tenhamos sobre o mundo externo, para que atinja o grau de conhecimento, seja justificada a partir dos dados sensoriais primeiros e de princípios seguros: nada menos que uma inferência competente levaria dos dados dos sentidos a crenças epistemicamente apropriadas sobre o ambiente.

A semelhança entre as linhas de raciocínio fica especialmente evidente no artigo citado anteriormente em que Fodor e Pylyshyn (2002), reagindo ao desafio de Gibson à tradição cognitivista, expõem o argumento da pobreza do estímulo em detalhe. A certa altura, afirmam que é preciso que o sistema perceptivo infira as propriedades do estímulo distal das propriedades do estímulo proximal porque as últimas, mas não as primeiras, são diretamente detectadas pelo sistema. E a razão pela qual as primeiras, mas não as últimas, contam como diretamente detectadas é que a atividade nervosa da retina está muitíssimo mais fortemente correlacionada com as primeiras do que com as últimas, ao ponto de ilusões das últimas serem possíveis, ao passo que o sistema é, em certa medida, imune a ilusões das primeiras (FODOR E PYLYSHYN, 2002)⁶.

⁶ Noutra passagem, eles afirmam que a necessidade de inferir o ambiente existiria mesmo que o estímulo proximal fosse rico (isto é, perfeitamente correlacionado com um tipo de cena distal), pelo simples fato de que o que é dado diretamente ao sistema é apenas o estímulo proximal: “nós afirmamos que o modelo inferencial tem dois aspectos: a afirmação de que propriedades do *layout* são inferidas de propriedades da luz e a afirmação de que as propriedades diretamente detectadas da luz geralmente subdeterminam aspectos do *layout*. (...) dado que o organismo está detectando padrões de luz, ao invés de padrões do *layout*, não há como evitar a conclusão de que o conhecimento perceptivo do último é inferido; isso permanece verdadeiro independentemente de quão perfeita a correlação entre a luz e o *layout* venha a mostrar-se” (FODOR, 2002, p.213). Que argumentem dessa forma é estranho, porém, já que, como acabamos de ver, eles mesmos defendem que a razão pela qual o estímulo proximal, mas não o

É verdade que Fodor e Pylyshyn rejeitam explicitamente o compromisso com a posição epistemológica herdada da filosofia moderna. Após argumentarem que algumas das propriedades do estímulo proximal precisam contar como diretamente percebidas, acrescentam:

Admitir isso não é, todavia, endossar qualquer visão “fundacionalista” em epistemologia: dizer que a extração [pickup] de algumas propriedades deve ser não inferencial não é dizer que nosso conhecimento dessas propriedades é infalível, nem que a justificação das crenças perceptivas depende do pressuposto de que os mecanismos da extração direta são epistemologicamente privilegiados. Diversos filósofos defenderam que os dados [deliverances] da percepção direta precisariam assumir lugar central nos argumentos que justificam nosso conhecimento baseado na percepção, mas não é nada necessário ler esse tipo de moral na psicologia perceptiva do *Establishment*. O tema do psicólogo é a causalidade dos juízos perceptivos, não o estabelecimento de garantia epistêmica por argumentos justificativos. (...) No que se segue, portanto, as questões epistemológicas serão postas inteiramente de lado: não pressupomos nada acerca do papel epistemológico daquilo que é detectado diretamente (FODOR, 2002, p.183-4, nota omitida).

Penso que Fodor e Pylyshyn estão corretos a respeito de se poder aceitar uma tese inferencialista sobre a percepção e rejeitar, sem contradição, o fundacionalismo que descrevem. O problema, porém, é que sua *defesa* do inferencialismo é tão aparentada ao que motiva essa epistemologia que não ficam absolutamente claras as razões pelas quais alguém daria um argumento como o deles, a não ser que visasse sustentar uma tese epistemológica.

Outra maneira de mostrar a proximidade entre considerações sobre a pobreza do estímulo e preocupações epistemológicas (não necessariamente fundacionalistas) é apontar para sua semelhança com o problema mais recente, em filosofia da ciência, da subdeterminação da teoria pelos dados, que surge no contexto de discussões a respeito do que torna racional a escolha de uma teoria científica dentre muitas possíveis. O problema, aqui, é que, para qualquer teoria que se ajuste bem aos dados empíricos, haverá outras, diferentes dela, igualmente bem ajustadas. Se os dados sozinhos não são capazes de racionalizar inteiramente a escolha entre teorias científicas, surge o problema a respeito do que é capaz de fazê-lo. Tradicionalmente, essa não é entendida como uma

ambiente, conta como diretamente percebido é justamente que ele está muito mais fortemente correlacionado à atividade dos transdutores.

questão psicológica a respeito de que processos *de fato* levaram essa ou aquela comunidade científica a escolher essa ou aquela teoria, mas como uma questão a respeito da *justificação epistêmica*. Quer-se saber o que torna a ciência um empreendimento racional. Ora, que Fodor e Pylyshyn, na passagem citada na seção anterior, afirmem que os dados proximais “subdeterminam” as propriedades do ambiente distal – e que extraiam imediatamente a conclusão de que precisamos saber que processos, para além da obtenção desses dados, são responsáveis pela percepção – sugerem que os dois argumentos possuem ao menos um espírito comum.

Seria o argumento da *riqueza* do estímulo passível de interpretação epistemológica? Tal como no caso do argumento inverso, há, no mínimo, uma posição epistemológica nas redondezas. Para mostrar isso, será útil reproduzir uma passagem de J. L. Austin, retirada de um livro que Gibson conhecia e que citou. Austin protesta contra certo tipo de formulação epistemológica popular entre alguns filósofos (ele discute, especificamente, com positivistas lógicos) que

envolve um mau uso grosseiro da noção de “evidência”. A situação em que seria apropriado dizer que eu tenho *evidência* para a afirmação de que dado animal é um porco é aquela, por exemplo, em que a própria fera não está visível, mas em que eu vejo diversas marcas suínas no chão diante de seu abrigo. Se encontro alguns baldes de comida para porcos, isso é mais um tanto de evidência, e os ruídos e o cheiro podem fornecer evidências melhores ainda. Mas, se o próprio animal surge e se torna plenamente visível, não há evidências a coletar; que ele tenha se tornado visível não me fornece mais *evidências* de que ele é um porco, eu agora simplesmente *vejo* que ele é, a questão está resolvida. E, é claro, eu poderia, em outras circunstâncias, tê-lo visto desde o início e não ter precisado preocupar-me em coletar quaisquer evidências. Igualmente, se vejo um homem atirar em outro, posso *fornecer* evidências, como testemunha ocular, àqueles menos bem posicionados; mas eu não *tenho* evidências para a minha própria afirmação de que houve tiros, eu de fato os *vi*. (AUSTIN, 1962, p.115-6, nota omitida)

O paralelo entre a atitude de Gibson relativamente ao problema das evidências e a de Austin é clara. A seguinte frase sua estaria plenamente à vontade no parágrafo de Austin: “os tipos disponíveis de informação são *especificadores* da configuração, não são sinais, nem indicadores, nem pistas” (GIBSON, 2002). Contudo, a Austin interessa uma questão epistemológica, não psicológica; o contraste que ele destaca é entre tipos de *justificação* que se pode ter para uma afirmação. O que se recusa é o pressuposto

tradicional que sustenta toda uma tradição em epistemologia, de que a contribuição feita pelos sentidos para a justificação de minhas crenças é sempre do mesmo tipo, a saber, é sempre limitada ao caráter de minhas sensações subjetivas que são entendidas, elas mesmas, como compatíveis com diversas configurações ambientais possíveis.

Portanto, uma resposta à tradição epistemológica que se pode articular a partir de Austin e de sua defesa, da qual o trecho acima é apenas uma pequena parte, de que o mundo é diretamente dado na percepção é esta: a de que o dado, no caso em que eu vejo o porco, não é nada pobre, pela simples razão de que o próprio porco é parte do que é dado (ver, por exemplo, McDowell, 1982). Parece-me claro, contudo, que Gibson não deve ser interpretado como seguindo essa rota. O tema recorrente em sua obra é a capacidade que o estímulo proximal tem de especificar o ambiente. Essa tese teria sido desnecessária em uma teoria que já notasse que o ambiente especifica a si mesmo e que o sistema perceptivo, tendo acesso a ele, não precisa inferir. Gibson não diz: o sistema perceptivo tem acesso ao ambiente distal e esse o ambiente é rico, logo, o dado para a percepção é rico. Ao invés disso, diz: o estímulo proximal é rico, ele especifica um ambiente distal, logo, o percebedor tem acesso não inferencial àquele ambiente. Esse é um sentido em que Gibson não recusa, portanto, os termos em que o problema da psicologia da percepção está colocado: como a tradição, ele busca explicar a percepção ao dar um lugar central à estimulação proximal.

É razoável a hipótese, portanto, de que os argumentos de pobreza e riqueza do estímulo fornecidos por Gibson e pelos cognitivistas são de ascendência epistemológica. Isso não significa que os argumentos por eles fornecidos sejam, eles mesmos, epistemológicos. Pelo contrário, podemos distinguir facilmente a versão epistemológica da versão psicológica dos argumentos da pobreza e da riqueza do estímulo: na versão epistemológica, o argumento da pobreza do estímulo diz, e o da riqueza nega, que, para possuir conhecimento perceptivo, ou justificação para suas crenças perceptivas, o sujeito (ou algo nele) teria que realizar uma inferência a partir dos dados e de demais premissas, já que os dados são pobres; na versão psicológica, o argumento da pobreza diz e o da riqueza nega que para perceber, nós de fato realizamos (ou algo em nós de fato realiza) inferências, porque o estímulo é pobre. As versões epistemológicas e as

psicológicas, portanto, não são aqui confundidas. Tampouco pressuponho, ao me perguntar pela eficácia dos argumentos, que a atribuição de estados intencionais não seja condicionada por quaisquer considerações normativas – portanto, por fatos dizendo respeito à justificação epistêmica. A questão mais específica que aqui nos importa, porém, é a de se os argumentos tradicionais, em versão psicológica, têm a mesma potência, no terreno psicológico em que são propostos, que as suas contrapartes epistemológicas têm no seu. Na seção seguinte, apresento razões para se duvidar de que tenham.

PODEM OS ARGUMENTOS TRADICIONAIS SUSTENTAR TESES PSICOLÓGICAS?

Vimos que os argumentos de pobreza e riqueza do estímulo sugerem uma interpretação do debate como epistemológico; vamos buscar, agora, uma interpretação psicológica da tese e uma interpretação tal que pelo menos um dos dois argumentos seja bom. Para tal, partiremos da pergunta: que interpretação psicológica da tese inferencialista é sugerida pelos próprios argumentos, tais como tradicionalmente formulados?

A passagem de Austin fornece uma direção. Austin descreve cenas que diferem quanto ao tipo de *justificação* de que dispõe o agente, mas cenas desses tipos contrastam em outro aspecto importante: o *processo psicológico* que se desenrola quando tenho meras pistas para uma proposição é diferente daquele que se passa quando simplesmente vejo que ela é verdadeira. Em cada caso, formo a crença de que há um porco, mas por um processo distinto. A sugestão que quero explorar agora é a de que as expressões “percepção inferencial” e “percepção não inferencial” adquirem o seu sentido por analogia com o contraste entre esses dois processos de formação de crença. A razão para buscar o sentido da tese inferencial nesse contraste é o papel desempenhado nele por fatos relacionados à pobreza do estímulo.

Apelar a exemplos diferentes dos de Austin talvez nos permita acentuar o contraste psicológico. Chegando em casa à noite, deparo-me com a incomum presença de uma garrafa de vinho, cheia pela metade, sobre a mesa da sala. Na ausência de outras

fontes de informação – visto que não há ninguém acordado em casa a quem eu possa fazer perguntas – vejo-me forçado a formular hipóteses sobre esse pequeno mistério. Uma possibilidade é que alguém, talvez minha mulher, talvez na companhia de uma amiga, tivesse bebido metade da garrafa na própria sala em que ela agora se encontra. Muitas outras hipóteses, contudo, saltam aos olhos como igualmente compatíveis com o que vejo: que minha mulher tenha bebido o vinho sozinha, que o tenha usado como ingrediente para o preparo de um prato, que a garrafa já tenha sido trazida à casa pela metade, etc. Lembrando-me então de que minha mulher dissera, poucos dias antes, que certa amiga sua, cujo costume é visitar-nos trazendo uma garrafa de vinho, estava passando a semana na cidade, elejo uma hipótese à exclusão das demais e formo certa crença a respeito do que se passou.

Suponhamos agora, que eu tivesse chegado em casa duas horas mais cedo e que, ao entrar, tivesse me deparado com minha mulher e sua amiga conversando e bebendo o vinho. Eu teria então formado a mesma crença que formei no cenário anterior, isto é, a de que minha mulher e sua amiga bebiam o vinho. Entretanto, contrariamente ao que se passa no primeiro cenário, eu não o faria através de uma inferência consciente. Vê-se facilmente que os processos psicológicos responsáveis, em cada cenário, pela formação de uma mesma crença são distintos em diversos aspectos. No primeiro caso, passo por estados psicológicos conscientes que, explicitamente, representam proposições desempenhando a função de premissas para uma conclusão: a lembrança de que a amiga estava na cidade, etc.; passo, ainda, pelo estado psicológico de conscientemente reconhecer minha crença final *como* justificada por aquelas proposições. Finalmente, e é isso que nos dá alguma conexão com a pobreza do estímulo, o conteúdo da crença vai além do que eu mesmo tomei como perceptivamente dado. O que caracteriza o segundo processo é, pelo contrário, que nele eu formei a minha crença sem que realizasse qualquer inferência consciente; e a razão pela qual não precisei fazê-lo é que o fato de minha mulher estar bebendo o vinho me pareceu dado, diretamente visível, não deixando espaço para dúvidas a respeito de como o vinho fora consumido.

Podemos pensar, portanto, que o que se quer dizer quando se afirma que a percepção é inferencial porque o estímulo para ela é pobre é que ela é como o primeiro

desses processos; quando se afirma que ela não é inferencial porque o estímulo para ela é rico, é que ela é como o segundo desses processos. Uma primeira dificuldade que surge para essa proposta consiste no fato de que a analogia não nos fornece, ao menos não imediatamente, teses claras sobre a percepção. A tese de que a percepção realiza inferências inconscientes, tal como a estamos buscando interpretar, diz que a percepção é mais como o primeiro desses processos em que evidentemente uma inferência ocorreu, do que como o segundo. Contudo, ela também nos diz que a percepção, em certo sentido, é mais como o segundo desses processos do que como o primeiro, na medida em que no segundo, mas não no primeiro, não se passa nenhuma inferência *consciente*. Portanto, não é nada claro que seja possível propor uma teoria bem definida da percepção como realizando inferências inconscientes, segundo a qual, a percepção é mais como o primeiro desses processos do que como o segundo. (Pelo contrário, na seção a seguir, sugirirei, justamente, que a tese de que a percepção realiza inferências inconscientes é mais bem entendida como a tese que aproxima a percepção do segundo desses processos mais que do primeiro, justamente porque o segundo é interpretável como envolvendo uma inferência *inconsciente*).

Suponhamos, porém, que esse problema fosse resolvido. Nova dificuldade surgiria para os argumentos de pobreza e riqueza do estímulo. O problema é que, mesmo para processos de pensamento, que aqui estão valendo como os nossos modelos, não é nada óbvio que uma informação pobre devesse provocar um processo como o primeiro, ou que uma informação rica devesse provocar um processo como o segundo. Isso porque, a pobreza do estímulo, tal como aparece nos argumentos tradicionais, foi definida como uma propriedade objetiva do estímulo proximal, a saber, a propriedade de poder ser causado por um número significativo de cenas distais diferentes. Contudo, o que importa para a ocorrência ou não de um processo do primeiro tipo não é se o estímulo é objetivamente pobre, mas se o agente em questão o *trata como* pobre. Isso fica claro quando notamos que diferentes agentes podem passar por processos de formação de crença bem diferentes diante de uma mesma situação perceptiva. Eu, por exemplo, confio o suficiente em determinada pessoa para formar, em dado contexto, a crença de que ela esteve viajando durante todo o último mês de janeiro com base no

simples fato de que ela me diz que esteve. Evidentemente, que ela me diga que fez uma viagem em janeiro é compatível com ela ter feito inúmeras outras coisas, no lugar de ter viajado. Mas eu não *trato* a sua afirmação de que viajou como informacionalmente pobre. Alguém, em meu lugar, poderia tê-lo feito: diante da mesma situação objetiva, recebendo o mesmo conjunto de “dados”, alguém poderia usar a afirmação de que uma viagem foi feita como uma evidência a ser sopesada - como uma premissa entre outras numa cadeia mais ou menos longa de raciocínio a respeito de se uma viagem foi feita ou não. Para uma pessoa que agisse assim, a pobreza objetiva do estímulo em questão – que, para mim, foi psicologicamente irrelevante – teria se tornado psicologicamente relevante.

Assim, é inteiramente concebível que um sujeito que se encontrasse diante de estímulos informacionalmente paupérrimos (em termos objetivos) os tratasse como diretamente indicativos de uma cena distal em particular, isto é, que formasse com base neles uma crença sobre o ambiente sem passar por um processo como o do primeiro tipo. Por conseguinte, é inteiramente concebível que a percepção opere assim de maneira geral. Contra o argumento da riqueza do estímulo pode-se, é claro, formular objeção equivalente.

Portanto, a tentativa de interpretar os argumentos tradicionais de pobreza e riqueza do estímulo como bons argumentos para uma tese psicológica não nos levou a lugar algum: não encontramos uma interpretação psicológica da tese que tornasse qualquer um deles um bom argumento. Ainda que o fato de não termos encontrado tal interpretação nas páginas precedentes não signifique que ela não seja encontrável (ver seção seguinte para outras rotas possíveis da pobreza do estímulo para o caráter inferencial da percepção), a suspeita de que os argumentos da pobreza e da riqueza do estímulo são insuficientes em suas versões tradicionais sai fortalecida. A seguir, apresento uma interpretação da tese inferencial que faz dela uma posição que pode ser defendida sem apelo à pobreza do estímulo.

UMA PROPOSTA DEFLACIONISTA

Quero, agora, propor uma versão deflacionista da tese inferencial, isto é, uma interpretação que faz dela uma tese mínima, no sentido de que não postula processos psicológicos particulares, não depende de argumentos de pobreza do estímulo, nem está associada a uma epistemologia controversa.

O ponto crucial, adiantado na seção acima, consiste no fato de que há um sentido perfeitamente adequado de “inferência”, tal que mesmo o segundo processo de formação de crenças acima discutido, que ocorre quando vejo minha mulher bebendo o vinho, contaria como inferencial. Talvez haja contextos em que naturalmente classificaríamos essa situação como não envolvendo inferências; contudo, há outros em que, sem despertar controvérsias, nós a classificaríamos como um caso de alguém tirando uma conclusão. Esses últimos incluem contextos em que se torna saliente o fato de que *é possível formar crenças diferentes diante de uma mesma situação objetiva*. Voltemos ao exemplo da pessoa que afirma ter viajado, diante da qual eu formo a crença de que ela de fato viajou, enquanto um terceiro forma a crença de que ela não viajou. É natural exprimir o que se passa nesse caso dizendo que cada um de nós *concluiu* algo diferente a partir do que foi dito. Ao colocar as coisas dessa maneira, não imputamos a qualquer um dos envolvidos um processo psicológico muito particular; ao contrário, simplesmente expressamos o fato de que diferentes crenças foram formadas diante de um mesmo estímulo objetivo. Esse uso de “concluir” ou de “inferir” é, nesse sentido, mínimo, mas a palavra “inferir”, assim utilizada, expressa algo real. Da mesma maneira, há contextos em que classificaríamos o cenário em que vejo minha mulher bebendo o vinho como um cenário em que uma inferência ocorreu: *eu* concluí tratar-se de minha mulher onde outra pessoa, menos bem informada, poderia ter concluído tratar-se de uma mulher diferente. Daí, um salto natural nos leva a descrever-me como operando implicitamente com o *pressuposto* de que qualquer pessoa com aquela aparência, sobretudo se vista dentro da minha casa, seria a minha mulher; e a descrever alguém que, na mesma situação, tivesse formado a crença de tratar-se de outra pessoa como operando com pressupostos diferentes. Estamos diante, portanto, de inferências baseadas em pressupostos, mas em inferências que não são conscientes.

O que eu estou querendo apontar é que há um sentido legítimo e natural em que *qualquer* processo de formação de crenças, diante de novos dados, é um caso de inferência baseada nesses dados e em pressupostos do agente. Nesse contexto, estando ausente um processo consciente de inferência, não resta alternativa senão classificar a inferência em questão como inconsciente e, finalmente, que essa caracterização de um processo de formação de crença como inferencial não implica em qualquer tese particular sobre os mecanismos pelos quais a crença se forma.

Ora, mas se essas considerações tornam legítimo entender todo e qualquer processo de formação de crença como (ao menos inconscientemente) inferencial, então, nesse mesmo sentido, percepções podem ser tomadas como inferências. O que legitima a aplicação do termo “inferência” aos processos de formação de crença do tipo acima é o simples fato de que, diante de um mesmo conjunto de dados, agentes diferentes formam crenças diferentes (não havendo a pretensão, aqui, de que nada mais o legitime). Mas na percepção ocorre algo muito semelhante: diante de um mesmo estímulo proximal, diferentes agentes têm experiências com conteúdos diferentes. Apontando para essa semelhança entre processos perceptivos e processos de formação de crença, pode-se justificar atribuir caráter inferencial à percepção e pressupostos ao sistema perceptivo.

Como se vê, a pobreza do estímulo não é recrutada no argumento acima: a subdeterminação do ambiente pelo dado proximal – o fato de que muitas configurações ambientais diferentes poderiam ter causado o mesmo dado proximal – não entra no cômputo. É ao fato de que muitas experiências com conteúdos diferentes podem ser causadas por um mesmo padrão proximal que se apela⁷.

⁷ A passagem a seguir, em que Fodor e Pylyshyn realçam o fato de que, de posse de um mesmo estímulo, dois organismos podem perceber diferentemente, permite suspeitar (apesar na ênfase na “adequação”, que pode ser lida como reintroduzindo preocupações epistemológicas) que eles endossariam o argumento que estou propondo: “a forma do problema para Gibson é explicar como a extração [pick up] do mesmo estado de coisas que constitui uma amostra adequada de informação para um organismo pode constituir uma amostra inadequada para outro. A posição do *Establishment* tem uma resposta: a saber, que o que você percebe depende não apenas da informação ambiente extraída, mas também dos processos mentais empregados no processamento daquela informação. Não está nada claro que alternativa a posição gibsoniana poderia propor. (FODOR, 2002, p.183)” Contudo, eles não apenas não desenvolvem esse argumento, como não o distinguem do argumento tradicional da pobreza do estímulo.

Ora, mas se esse argumento é mesmo bom, então precisamos agora nos perguntar se o argumento da pobreza do estímulo não pode ser interpretado como equivalente a ele – ou, de maneira mais plausível, se não pode ser modificado, equipado com premissas adicionais, de maneira a aproveitar-se da eficácia desse novo argumento. Para isso, seria preciso acrescentar, ao argumento da pobreza do estímulo, considerações que estabelecessem uma ligação relevante entre o fato de que muitas cenas distais podem causar um mesmo estímulo proximal e o fato de que um mesmo estímulo proximal pode causar muitas experiências diferentes.

Uma maneira de fazer essa ligação é assumir uma forma de externalismo sobre o conteúdo mental. Aplicada ao nosso caso, a idéia seria, em grandes linhas, a de que é *porque* determinado estado interno é normalmente causado por objetos distais, de determinado tipo que ele *conta como* uma percepção de um objeto daquele tipo. Se acrescentamos a isso a idéia de que um mesmo estado proximal (e, por isso, um mesmo estado interno) pode ser normalmente causado por diversos objetos diferentes (bastando, para isso, fazer variar a história de interação entre o organismo e o meio), obtemos o resultado de que um mesmo estado proximal pode ocasionar experiências com conteúdos diferentes. Portanto, ao acrescentarmos o externalismo sobre o conteúdo mental às considerações tradicionais sobre a pobreza do estímulo, obtemos a primeira premissa do argumento acima proposto, a saber, a de que é possível ter diferentes experiências diante de um mesmo dado proximal.

Isso significa que a idéia de que o estímulo é pobre *pode* fazer parte de um raciocínio correto em direção à conclusão de que a percepção é inferencial. Esse não seria o argumento tradicional da pobreza do estímulo, mas um novo argumento nessa vertente. Contudo, ainda contra esse novo argumento haveria pelo menos o seguinte protesto a se fazer: para obter a premissa de que é possível ter experiências diferentes diante dos mesmos dados proximais, ele acrescenta, entre outras, considerações sobre a pobreza do estímulo; mas aquela premissa já é por todos aceita e, em todo caso, pode ser obtida de outros modos, a pobreza do estímulo não sendo, assim, essencial; portanto, o argumento tende a conferir à pobreza do estímulo uma aparência não merecida de

centralidade, o que não contribui para a promoção de clareza sobre o que exatamente está em jogo no debate.

Finalmente, é preciso admitir também que mencionar que um mesmo estímulo proximal pode ser causado por cenas diferentes é uma maneira de fazer *notar* que um mesmo dado tem diferentes interpretações possíveis. Isso sugere uma rota simples da pobreza do estímulo para a possibilidade de experiências diversas e daí, via o argumento que estou defendendo, para o caráter inferencial da percepção. Contudo, a não ser que nesse contexto, dizer que um mesmo estímulo proximal *pode* ser produzido por cenas distais diferentes já *signifique* dizer que ele é pensável como indicando cenas diferentes, uma premissa extra será necessária para que se faça a ligação entre a pobreza do estímulo e a possibilidade de se reagir cognitivamente ao estímulo de maneiras diversas. Essa premissa pode bem estar disponível (e ela pode bem envolver considerações epistemológicas), mas, então, a essa versão mais complexa do argumento da pobreza do estímulo caberá também, parece-me, a reação esboçada no parágrafo acima.

Deixemos o argumento da pobreza do estímulo e voltemos à tese inferencial aqui proposta. Como essa tese é introduzida através de uma comparação entre a formação de experiências perceptivas e a formação de crenças, insinua-se a questão: “Os casos perceptivos são *mesmo* casos de inferência? Não é preferível que nos limitemos a dizer que é legítimo tratá-los *como se fossem* casos de inferência?”. Essa pergunta dá a entender que algo mais seria necessário para que um processo mental qualquer contasse com um caso de inferência. Mas não é claro o que isso poderia ser. Se alguém insiste que processos perceptivos não podem ser inferenciais pelo simples fato de que inferências não podem ser perceptivas, o debate começa a tomar ares terminológicos⁸.

Eis uma tentativa de articular condições extras como necessárias para a ocorrência de inferências, perceptivas ou não. Lembremo-nos de que, no primeiro dos nossos dois casos de formação de crença, havia uma série de estados psicológicos,

⁸ Podemos ir ainda mais longe. O seguinte passo não é necessário para a defesa da tese inferencial aqui proposta, mas é uma via para ela. Inspirados na teoria dos sistemas intencionais, de Dennett (1987), podemos propor a tese de que, se um sistema é frutiferamente descrito como realizando uma inferência, isto é, se descrevê-lo como tirando conclusões a partir de pressupostos e dados expande suficientemente nossas capacidades de explicar e prever o seu comportamento, então o sistema literalmente possui aqueles pressupostos e literalmente os aplica em atos inferenciais. Nessa perspectiva, não há nada mais a que um sistema precise satisfazer para ser um sistema inferencial.

razoavelmente bem delimitados, que explicitamente representavam as proposições que desempenhavam a função de premissas: episódios conscientes de lembrar-me disso e daquilo. Podemos então expressar reservas para com a tese inferencial da percepção ao dizer que para que um processo conte como inferencial, deve haver elementos seus que representem as premissas e que não está absolutamente claro que, no caso da percepção, haverá estados do sujeito, ou de algum subsistema seu, que se permitam interpretar como tal (ver, por exemplo, Hatfield, 2002). Pelo menos duas respostas a essa objeção estão disponíveis. A primeira consiste em insistir em que será sempre possível encontrar estados interpretáveis como portando os conteúdos necessários. A segunda resposta, mais recomendável, concede o ponto, mas o minimiza ao dizer que essa é apenas mais uma diferença entre inferências conscientes e certas inferências inconscientes. Afinal, nós aceitamos que, ao ver minha mulher bebendo o vinho, é por uma inferência inconsciente que eu formo a crença de que ela bebia o vinho; e nós o aceitamos sem nos preocuparmos com a questão sobre se é ou não plausível supor que tenha havido um estado meu, relevante para o processo, que claramente admitiria ser interpretado como representando o pressuposto “Qualquer pessoa com a aparência da minha mulher deve ser a minha mulher”; logo, não deveríamos fazer essa exigência quando avaliamos o caso da percepção.

Essa objeção nos dá a oportunidade de notar algo importante: que aceitar a tese inferencial não nos compromete com um programa caracterizado pela pretensão de levar a interpretação de um processo perceptivo em termos de pressupostos e inferências às suas filigranas. Alguém que aceite a tese inferencial não passa *ipso facto* a dever uma caracterização de cada elemento do processo perceptivo como uma premissa ou uma inferência⁹. Igualmente essencial é enfatizar que não se deveria, de forma alguma, tomar a tese inferencial da percepção como pretendendo deslindá-la em sua mais profunda natureza, como querendo capturar tudo que importa sobre a percepção. Ao invés disso, aceitar a tese inferencial não implica sequer em acreditar que ela captura o que mais importa sobre a percepção. *Pelo contrário*: a tese de que a percepção infere tem

⁹ Ver Gallagher, 2017, capítulo 6, para algumas razões para se duvidar da possibilidade de se capturar determinados fatos sobre a percepção em termos inferenciais. Gallagher, contudo, parece ver nessa dificuldade uma razão para negar o caráter inferencial da percepção, uma conclusão que, justamente, parece pressupor o casamento da tese inferencial com o projeto mais ambicioso descrito no texto.

estritamente o conteúdo a ela atribuído acima, um conteúdo, lembremos, que se pretende *mínimo*. A tese é dita deflacionista justamente por essa razão. Sua história de associação a teses epistemológicas e psicológicas mais controversas não deveria nos convencer do contrário.

Ainda precisamos lidar com os protestos de Gibson. As abordagens rivais em psicologia da percepção pretendem-se acompanhadas, cada uma, por uma série de vantagens: há vantagens, pretende-se, em caracterizar a percepção como inferencial¹⁰; há vantagens, pretende-se, em caracterizá-la como não inferencial. A minha aposta é que todos os ganhos que se costuma esperar desses posicionamentos podem ser obtidos ao reconhecermos tanto as semelhanças, quanto as diferenças existentes entre percepções e inferências intelectuais. Acima, defendi que determinadas semelhanças entre percepções e crenças podem legitimar a caracterização de percepções como inferências; isso, porém, não implica em dizer que destacar as semelhanças será, para todos os propósitos, mais importante do que destacar as diferenças. De fato, Gibson pode ser entendido como apontando para uma diferença importante entre processos perceptivos e processos inferenciais paradigmáticos.

Uma das principais lições de Gibson é que tomar o processo perceptivo como inferencial impôs à tradição limitações metodológicas: o estímulo foi deliberadamente empobrecido, o sujeito foi mantido imóvel, o ambiente foi tornado artificial, tudo porque se acreditava que os pressupostos do sistema se tornariam tão mais aparentes quanto menos pistas sobre o estado do ambiente fossem fornecidas (GIBSON, 2002). Gibson, ao contrário, insiste na necessidade de estudar percebedores que exploram as cenas diante de si, tal como no ambiente natural. Creio ser possível capturar essa idéia em termos de diferenças entre percepções, tal como ocorrem geralmente, e inferências – ou melhor, entre percepções e inferências intelectuais paradigmáticas, que são as inferências conscientes. Isso porque explorar um ambiente é parte do processo pelo qual passamos quando queremos *evitar* uma inferência consciente, seja porque fazê-lo seria cognitivamente oneroso ou porque desejamos certificar-nos dos fatos em questão. Por exemplo, quando me perguntam se determinado colega de trabalho se encontra na sala

¹⁰ Por exemplo, atribuir pressupostos ao sistema perceptivo permite explicar e prever seu comportamento; permite fazer formulações que, por sua vez, sugerem hipóteses e experimentos.

ao lado, posso inferir a resposta a partir do que sei sobre os seus hábitos ou posso levantar-me e checar a sala diretamente. Há, portanto, uma interpretação do argumento da riqueza do estímulo, segundo a qual o que esse argumento visa fazer é colocar em evidência certos aspectos em que processos perceptivos são mais parecidos com processos de formação de crença não manifestamente inferenciais do que com processos de formação de crença paradigmaticamente inferenciais. Interpretado dessa maneira mais modesta, ele é um argumento bem-sucedido, mas não contradiz a tese de que a percepção realiza inferências inconscientes.

É preciso, agora, voltar à epistemologia. Não se pode deixar de comentar que a tese de que a percepção realiza inferências a partir de dados proximais é compatível com a tese de que o sujeito tem acesso epistêmico direto ao mundo. Interpretar *o sistema perceptivo* como tirando conclusões a partir de estímulos meramente proximais não é o mesmo que interpretar *o sujeito* como assim limitado. Que o sistema infira a partir de padrões proximais é inteiramente compatível com a idéia cotidiana de que o sujeito, quando infere, o faz a partir de aspectos do mundo, ao invés de a partir de estados da superfície de seu corpo ou dos padrões físicos que os causam diretamente. Isto é, nenhum realismo indireto epistemológico se segue da tese inferencial, tal como aqui proposta, se esse é entendido como a teoria de que o sujeito não tem acesso epistêmico direto ao seu ambiente. Para que o que é dado ao sistema perceptivo – que não é senão uma parte do sujeito – seja apenas o estímulo proximal, o que é dado ao sujeito não precisa ser menos que o próprio mundo.

Talvez, então, o lócus da discussão sobre o caráter inferencial da percepção possa ser deslocado. Questões relevantes dizendo respeito ao caráter inferencial são, por exemplo, estas: que diferenças entre inferências perceptivas e inferências intelectuais uma psicologia da percepção precisa destacar? Quão longe vai a expansão explicativa e preditiva prometida pelo modelo inferencial da percepção, em que limites esse modelo esbarra? Que outros conceitos são adequados para iluminar os aspectos da percepção que o modelo não é capaz de iluminar? Se a tese inferencial da percepção é esclarecida e suficientemente distinguida de determinadas teses, concepções epistemológicas e pretensões em psicologia a que se a costuma associar, não vejo por que essas questões

não possam, ao lado das tradicionais questões a respeito de que pressupostos atribuir aos sistemas perceptivos, bem como de muitas outras, compor uma agenda comum.

Sobre o artigo:
Recebido: 02/11/2019
Aceito: 25/11/2019

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSTIN, J.L. **Sense and sensibilia**. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press, 1962.

DENNETT, D. **The intentional stance**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1987.

DESCARTES, R. Méditations. Objections et réponses. In **Descartes: oeuvres et lettres**. Paris: Éditions Gallimard, 1953. Publicado originalmente em 1641.

FODOR, J. e PYLYSHYN, Z. How direct is visual perception? Some reflections on Gibson's "ecological approach". In Noë, A. e Thompson, E. (orgs.). **Vision and Mind: selected readings in the philosophy of perception**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2002, 167-227. Publicado originalmente em 1981.

GALLAGHER, S. **Enactivist interventions**. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press, 2017.

GIBSON, J. J. **The senses considered as perceptual systems**. Westport, Connecticut: Greenwood Press, 1983. Publicado originalmente em 1966.

_____. **The ecological approach to visual perception**. Hillsdale, Nova Jérsei: Lawrence Erlbaum Associates, 1986. Publicado originalmente em 1979.

_____. A theory of direct visual perception. In Noë, A. e Thompson, E. (orgs.). **Vision and Mind: selected readings in the philosophy of perception**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2002, 77-89. Publicado originalmente em 1972.

GREGORY, R. L. **Eye and brain. The psychology of seeing**. 5a ed. Princeton: Princeton University Press, 1997.

_____. Perceptions as hypotheses. In Noë, A. e Thompson, E. (orgs.). **Vision and Mind: selected readings in the philosophy of perception**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2002, 111-133. Publicado originalmente em 1980.

HATFIELD, G. Perception as unconscious inference. In Heyer, D. e Mausfeld, R. (orgs.), **Perception and the physical world: psychological and philosophical issues in perception**. Chichester: John Wiley & Sons, 2002, 115-143.

KAPLAN, M. The very idea of perception as a process of unconscious probabilistic inference. In Heyer, D. e Mausfeld, R. (orgs.), **Perception and the physical world: psychological and philosophical issues in perception**. Chichester: John Wiley & Sons, 2002, 247-254.

MCDOWELL, J. Criteria, defeasibility and knowledge. **Proceedings of the British Academy**, v.68, 455–479, 1982.